

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO
DIÁRIOS VOLUME 1
DA 1995-1996
PRESIDÊNCIA



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2015 by Fernando Henrique Cardoso

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

FOTO DE CAPA

Cristiano Mascaro

DIAGRAMAÇÃO

Adriana Moreno

NOTAS E CHECAGEM

Érico Melo

PREPARAÇÃO

Márcia Copola

Çiça Caropreso

ÍNDICE REMISSIVO

Luciano Marchiori

REVISÃO

Jane Pessoa

Huendel Viana

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cardoso, Fernando Henrique
Diários da presidência, 1995-1996 / Fernando Henrique
Cardoso. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

ISBN 978-85-359-2654-5

1. Brasil — Políticas e governo — 1995-1996. 2. Brasil —
Presidentes — Biografia 3. Cardoso, Fernando Henrique,
1931 — I. Título.

15-08420

CDD-923.181

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Presidentes : Biografia

923.181

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

Apresentação | 11

Lista de siglas | 17

1995

25 DE DEZEMBRO DE 1994

A formação do ministério | 25

30 DE JANEIRO A 5 DE FEVEREIRO DE 1995

Os primeiros dias. O seminário do Torto. A coordenação dos ministros | 48

INÍCIO DE FEVEREIRO A 19 DE FEVEREIRO DE 1995

Problemas na Comunicação. Reformas constitucionais. Agricultura | 57

19 DE FEVEREIRO DE 1995

*Liderança no Congresso. Pressões externas:
a questão mexicana, câmbio e Argentina* | 66

22 DE FEVEREIRO DE 1995

Questão agrária. Comunidade Solidária. Câmbio | 74

26 DE FEVEREIRO A 16 DE MARÇO DE 1995

Itamar, telecomunicações, bancos. Viagem ao Chile, banda cambial | 82

20 A 25 DE MARÇO DE 1995

*Repercussões da questão cambial. Gestão da equipe econômica.
Reforma administrativa: discussões iniciais* | 100

29 DE MARÇO A 14 DE ABRIL DE 1995

Questões regionais. Relações bilaterais. Fundo secreto na Aeronáutica | 110

14 DE ABRIL A 1º DE MAIO DE 1995

Viagem aos Estados Unidos. Crise no Banco Central | 119

1º A 12 DE MAIO DE 1995

A área social | 128

15 A 21 DE MAIO DE 1995

Crimes da ditadura. A questão agrária. Sivam | 137

21 A 30 DE MAIO DE 1995

A greve dos petroleiros. Ainda a TR. A batalha das reformas continua | 146

30 DE MAIO A 22 DE JUNHO DE 1995

Ainda os petroleiros. Rusgas com Mário Covas | 154

22 DE JUNHO A 8 DE JULHO DE 1995

Davos. Crise com a Argentina | 163

- 10 A 29 DE JULHO DE 1995
Mísseis. Taxa de juros | 174
- 30 DE JULHO A 11 DE AGOSTO DE 1995
Demarcação de territórios indígenas. Desaparecidos políticos. Viagem ao Uruguai (Mercosul) | 184
- 11 DE AGOSTO A 4 DE SETEMBRO DE 1995
Rusgas entre Gustavo Franco e José Serra. A crise do Banco Econômico. Endurecimento do MST | 198
- 7 A 22 DE SETEMBRO DE 1995
Os Sem Terra apertam o cerco. Crise bancária se aprofunda. Viagem à Europa | 238
- 23 A 28 DE SETEMBRO DE 1995
Discordâncias entre Serra e Malan. Juros | 248
- 30 DE SETEMBRO A 6 DE OUTUBRO DE 1995
PMDB. Reforma administrativa | 258
- 9 A 25 DE OUTUBRO DE 1995
Mudança de comando no BNDES. Visita de Hillary Clinton. Fundo Social de Emergência | 268
- 25 DE OUTUBRO A 8 DE NOVEMBRO DE 1995
Crise bancária: Nacional e Bamerindus. Vitória na reforma administrativa. Visita aos Estados Unidos | 277
- 12 A 16 DE NOVEMBRO DE 1995
Debates sobre controle fiscal. Encontro do G-15. Estouro do caso Sivam. Impasse sobre o Banco Nacional | 298
- 16 A 23 DE NOVEMBRO DE 1995
Definição da sorte do Banco Nacional. Desdobramentos do caso Sivam. Queda do brigadeiro Gandra e de Júlio César Gomes dos Santos | 308
- 23 A 25 DE NOVEMBRO DE 1995
Ainda o caso Sivam. Crise no núcleo duro do governo. Queda de Xico Graziano | 318
- 28 DE NOVEMBRO A 6 DE DEZEMBRO DE 1995
A Pasta Rosa. Desgaste com a imprensa. Ainda a crise Sivam | 328
- 7 A 14 DE DEZEMBRO DE 1995
Ainda a Pasta Rosa. Viagem à China. Emendas constitucionais | 339
- 14 A 23 DE DEZEMBRO DE 1995
Crise na Aeronáutica. Atritos entre Antônio Carlos Magalhães e diretores do Banco Central | 349
- 23 A 31 DE DEZEMBRO DE 1995
Desentendimentos com Luís Eduardo Magalhães. O ano termina. Natal em família | 359

1996

1º A 5 DE JANEIRO DE 1996

De volta a Brasília. Discussões sobre os rumos da economia e do governo. Maluf, obstáculo à aprovação da reeleição | 387

7 A 16 DE JANEIRO DE 1996

Melhora nas relações com Sarney. As “tripas da República”. Acordo com as centrais sindicais sobre a reforma da Previdência | 401

18 DE JANEIRO A 1º DE FEVEREIRO DE 1996

Visita a Petrópolis. Viagem à Índia, Espanha e Itália | 420

2 A 7 DE FEVEREIRO DE 1996

O MST e a questão agrária. Crise no Banco do Brasil. Ainda a reforma da Previdência | 439

10 A 21 DE FEVEREIRO DE 1996

Questão sindical. Guerra fiscal | 449

22 DE FEVEREIRO A 5 DE MARÇO DE 1996

Viagem ao México. Novas perspectivas para o Mercosul | 458

8 A 17 DE MARÇO DE 1996

Articulação política para as reformas. Reflexões sobre o processo de modernização. Viagem ao Japão | 477

19 A 26 DE MARÇO DE 1996

Estados Unidos: negociação de tarifas. Crise com Sarney. A definição da CPI dos bancos. Composição partidária: PPB e PMDB | 494

27 DE MARÇO A 11 DE ABRIL DE 1996

Relação com a imprensa. Reflexões sobre a reforma do Estado. Viagem ao Nordeste | 514

15 A 23 DE ABRIL DE 1996

Sarney e Itamar. Encontro com a classe artística. O Massacre de Eldorado dos Carajás | 533

25 DE ABRIL A 3 DE MAIO DE 1996

Pressões do PPB para apoio às reformas. Queda de Dorothea Werneck. Nomeação de Luís Carlos Santos para a coordenação política. O MST | 555

5 A 12 DE MAIO DE 1996

Candidatura Serra à prefeitura de São Paulo. Negociações com líderes sindicais. Invasão do gabinete de Malan por grevistas | 572

14 A 21 DE MAIO DE 1996

Previdência. Telefonia celular. Banco Bamerindus | 580

22 DE MAIO A 8 DE JUNHO DE 1996

Candidatura Serra à prefeitura de São Paulo ganha corpo.

Viagem à França. Definição de candidaturas estaduais | 593

10 A 23 DE JUNHO DE 1996

Tentativa de reconciliação com a imprensa.

Avanços nas negociações sobre Emenda da reeleição.

Dificuldades na Reforma Agrária | 618

24 DE JUNHO A 23 DE JULHO DE 1996

Viagem à Argentina. A reabertura do caso Lamarca.

Agrava-se a situação do Bamerindus.

Negociação da CPMF | 637

25 DE JULHO A 15 DE AGOSTO DE 1996

Aprovação da CPMF. Caso Lamarca. Campanhas municipais | 667

16 DE AGOSTO A 11 DE SETEMBRO DE 1996

Articulações com Sarney. Reformas na Educação.

Reflexão sobre novos caminhos para o governo | 700

12 DE SETEMBRO A 1º DE OUTUBRO DE 1996

Globalização e OMC. Discussões sobre reeleição ganham vulto.

Visita de Helmut Kohl | 741

2 A 8 DE OUTUBRO DE 1996

Eleições municipais | 773

10 A 24 DE OUTUBRO DE 1996

Negociações partidárias (PPB) para a emenda da reeleição.

Reflexões sobre o governo Collor. Tensão entre PFL e PMDB | 783

26 DE OUTUBRO A 4 DE NOVEMBRO DE 1996

Discussões sobre a privatização da Vale | 804

5 A 13 DE NOVEMBRO DE 1996

Demissão de Adib Jatene. Conversas com o primeiro-ministro da China.

Cúpula Ibero-Americana no Chile | 812

14 A 29 DE NOVEMBRO DE 1996

Escândalo dos precatórios. Segundo turno das eleições municipais.

Rixas entre Motta e Maluf. Encontro com Itamar.

Viagem a Angola e África do Sul | 826

3 A 12 DE DEZEMBRO DE 1996

CPI dos precatórios. O novo ministro da Saúde.

Congresso inquieto: eleições da Câmara, do Senado e reeleição | 849

16 A 23 DE DEZEMBRO DE 1996

Reunião da cúpula do Mercosul.

O impasse da venda do Bamerindus.

Votação para a reeleição | 868

25 A 30 DE DEZEMBRO DE 1996

Reflexões sobre política, reeleição.

Leituras e descanso no fim do ano | 881

Índice remissivo | 887

Sobre o autor | 931

A formação do ministério

Hoje é domingo, dia 25 de dezembro de 1994. Nestas gravações pretendo registrar algumas notas sobre os acontecimentos políticos que envolvem o início do meu governo. Fui incentivado pela Celina Vargas do Amaral Peixoto, que me deu um diário para que eu escrevesse a respeito do cotidiano, como o fez seu avô, Getúlio Vargas.

Tentarei. Embora ache que é difícil, vale a pena registrar, desde agora, minha visão de como se constituiu o ministério. Amanhã ou depois, a gente pode esquecer. Não farei o relato do dia a dia, mas o que direi, ainda que não seja necessariamente sequencial, expressará o modo como eu percebi a organização do ministério.

Muito antes de formá-lo, tomei certas precauções. Durante a campanha disse reiteradamente que o ministério seria de minha responsabilidade. Também repeti que teria sensibilidade política na sua composição, e assim nomearia representantes das forças sociais e políticas que me estavam apoiando ou poderiam apoiar o governo. Insisti nas duas teclas: a responsabilidade é minha, a decisão é minha, mas não vou fazer um ministério sem levar em consideração a realidade política. Com a experiência dos últimos anos, sei que, se não existe uma base de apoio político, é muito difícil o governo fazer as modificações de que o Brasil necessita.

Creio que essas precauções surtiram certo efeito. No início, quase ninguém conversou comigo, nem mesmo os mais próximos. Não conversei, por exemplo, com Pimenta da Veiga, presidente do PSDB, até já perto do momento de tomar as decisões sobre o ministério. Com Sérgio Motta não dei uma palavra. Ouvi um ou outro, falando aqui e ali, mas desconversei com muita frequência.

A primeira pessoa com quem falei foi Tasso Jereissati. Isso ocorreu depois do segundo turno das eleições estaduais, portanto depois de 15 de novembro. Tasso foi a São Paulo, puxamos o assunto e eu contei a ele as dificuldades que estávamos tendo para que a equipe econômica permanecesse. Esse ponto era consensual. Eu havia dito em toda a campanha que queria continuar a política econômica. Eu próprio tinha sido o estimulador e o ponto de atração da equipe que fez o Plano Real. Era muito importante para mim, e para o Brasil, que aquela gente permanecesse no governo.

Logo depois das eleições comecei a conversar com um ou outro membro da equipe. O primeiro foi Edmar Bacha, a quem pedi que fosse à minha casa. Percebi que ele estava numa situação pessoal de muito constrangimento. Não tinha condições, por razões familiares, de continuar em Brasília. Tenho muito respeito pelo Edmar, sempre tive. Quando fui ministro da Fazenda e constituímos o grupo que fez o real, ele foi um dos poucos, naquele momento, que apostou. Embora não acre-

ditasse no governo de então, nem na possibilidade efetiva de uma ação mais consequente, se dispôs desde o início a participar da equipe como assessor especial. Foi ele quem indicou o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch. Outro que ajudou desde o início foi Pedro Malan. Na formação da equipe do real, contei com Malan e com Bacha.

Também falei com Sérgio Motta e com José Serra. Este último, na época do Plano Real, achou que eu estava bastante descabelado ao aceitar a tarefa que aceitei. Embora tivesse lhe explicado minhas razões, ele achava que, quanto antes eu pudesse me livrar daquilo, melhor... Achava que não havia condições políticas para enfrentar a questão da inflação.

Não era essa a posição do Edmar. Era natural, portanto, que as primeiras pessoas com quem eu tivesse conversado a respeito da sucessão do ministro da Fazenda houvessem sido o Edmar Bacha e, logo em seguida, o Pedro Malan. Não vou repetir a sequência, mas o fato é que tive conversas com ambos e de ambos ouvi que a melhor solução seria a manutenção da equipe através da permanência no ministério do Clóvis de Barros Carvalho, que tinha sido uma mão na roda como secretário executivo, homem firme, competente, mas que não tinha competência econômica específica.

Ainda antes de falar com Malan e com Bacha, porém, tive mais de uma conversa com o Pêrsio Arida, cujo brilho é reconhecido por todos e por mim em especial. Pêrsio disse que também compreendia ser justo que a escolha para ministro da Fazenda recaísse em um deles, nesta ordem: Bacha, Malan ou ele próprio. Mas sabia que as resistências ao seu nome seriam maiores porque, por estilo intelectual, radicaliza muito as posições para poder ver mais claro. Ele sabe que um ministro que é capaz de fazer formulações muito audaciosas encontra frequentemente grandes resistências. Pêrsio não tinha condições nem sequer de cogitar, segundo me disse, permanecer no governo. Queria sair até mesmo antes do fim do governo Itamar.

Pêrsio concordava comigo que esses eram os nomes. Passamos a discutir a questão do Banco Central. Caso Bacha fosse para o Ministério da Fazenda, o Pedro podia continuar no Banco; se o Pedro saísse, teríamos que arranjar um substituto e, no meu modo de entender, esse substituto teria que ser o Pêrsio. Este lembrava sempre o nome do Armínio Fraga. Ambos sabíamos que o André Lara [Resende] tinha a mesma competência, mas havia um problema: ele tinha deixado a equipe do real anteriormente para dedicar-se ao Banco [Matrix], com muito sucesso. Não parecia possível uma volta do André a essas funções. Então seria o Pêrsio ou, mais remotamente, porque estava longe, Armínio Fraga, que também é uma pessoa de grande talento.

Deixei bem claro para o Pêrsio que ele, como um dos formuladores do real, tinha responsabilidade na sucessão. Mas Pêrsio não queria. Alegava com muita força que não podia ficar na equipe. Saía da minha casa entusiasmado com as tarefas a cumprir, quase aceitando ficar, mas logo no dia seguinte voltava e dizia que não ti-

nha condições. Esse jogo durou até praticamente o momento da nomeação, porque Pêrsio sabia da responsabilidade política e intelectual que tinha na continuação do Plano Real.

Bacha, Pêrsio e Pedro, e penso que Gustavo Franco também, participavam da ideia de que o ponto de equilíbrio era Clóvis de Barros Carvalho. Em dado momento quase comprei essa ideia, embora tivesse dito sempre que queria ter o Clóvis ao meu lado na Casa Civil ou em alguma posição de relevo dentro do Palácio, para que ele pudesse ser o grande coordenador da equipe de governo em geral, como havia feito no Plano Real. Precisava do Clóvis perto de mim e não via nele as características de um ministro da Fazenda, uma pessoa que, bem ou mal, em certas circunstâncias, tem que ter poder político ou capacidade técnica específica, ou ambos.

Isso durou muito tempo. Quando chamei Pedro Malan, a certa altura, já mais próximo da decisão, não sei se no fim de novembro ou em dezembro, ele me disse com muita ênfase, emocionado, que, para ser franco, não tinha condições de permanecer na equipe. Teria que voltar para os Estados Unidos por uma questão familiar. A filha pequena já não o reconhecia, porque ele passara a maior parte do tempo no Brasil, quase um ano, longe dela, e que por isso havia problemas com a Catarina.*

Pareceu-me claro que não seria possível o Pedro aceitar o Ministério da Fazenda. Praticamente capitulei diante dos argumentos de ordem pessoal. Já o Pêrsio nunca desistiu de continuar estimulando o Pedro. Eu havia me convencido de que o Bacha, por razões pessoais, não poderia ser ministro, e quase que me convenço de que o Pedro não poderia pelas mesmas razões. Fiquei numa situação de bastante desalento, até porque essa decisão era a pedra de base. Se eu não resolvesse a equação da equipe econômica, não teria condições de seguir o curso que imaginava para o meu governo, e teria que dar outra feição a ele. Foi nesse ponto que conversei com o Tasso Jereissati, pessoa ligada a todos os personagens aqui mencionados.

Tasso havia me recomendado, na primeira vez que conversamos em minha casa, que eu trouxesse o Serra para a equipe, pois devíamos fazer um esforço para reunir os mais competentes, e nunca negamos competência ao Serra. Disse-lhe que já havia conversado com ele uma noite, em minha casa em Brasília, depois de falar com Malan, com Pêrsio e com Bacha. Foi uma boa conversa, em que lhe disse, com toda a franqueza, que só via duas maneiras de ele entrar para o Ministério da Fazenda: ou provocando uma crise, porque a sua entrada provocaria a crise, ou depois de uma crise, para solucionar um impasse. Portanto, se algum ministro fracassasse, ele seria chamado.

Eu receava que colocá-lo na Fazenda seria provocar um impasse, porque praticamente todos haviam feito restrições ao Serra, não à sua competência mas ao seu estilo. “Isso não diminui nem nossa amizade nem minha admiração por sua com-

* Catarina Malan, mulher de Pedro Malan.

petência, mas é verdade, e eu, como responsável pelo governo, não quero começar criando uma crise com a equipe econômica.” Serra sabia dessa minha posição, difícil de manter devido a nossa relação pessoal mas que eu tomava com a consciência de minha responsabilidade para conduzir a economia brasileira.

Transmiti tudo isso ao Tasso no segundo encontro que tivemos, no Caesar Park. O primeiro havia sido no meu apartamento em São Paulo. Tasso perguntou se podia sondar a equipe a respeito da reação ao Serra, porque ele também tinha ouvido de todos que a solução era o Clóvis de Barros Carvalho e não estava, como eu, conformado com isso. Eu disse que sim, e o resultado da sondagem foi que não havia viabilidade para a absorção do Serra como ministro da Fazenda.

Essa indecisão da equipe se prolongou por um mês depois da minha eleição. Foi um sofrimento, entrou pelo segundo turno nos estados, e não se conseguia resolver quem seria o quê. Tinha a impressão de que havia um cansaço na equipe.

Chamei também o André Lara Resende, que, como sempre, foi fulgurante nas análises. Embora fizesse crítica aqui e ali, concordava com o que a equipe estava fazendo e tinha certeza de que podíamos realizar muitas coisas positivas. Notei no André entusiasmo até mesmo para voltar ao governo. Disse que poderia chamá-lo para ser meu assessor, o que penso possível, porque tenho muito respeito pelo seu talento. A certa altura, ele me telefonou e disse: “Olha, nessa história, você não pode entrar no engano de colocar o Clóvis, porque isso é uma maneira de não resolver nada. Ou vai o Pedro, ou o Bacha. Ou então você põe o Serra!”, que era o que eu pensava. Isso me foi dito pelo André com toda a sinceridade e acho que ele tinha razão na ponderação que fez.

Quando estávamos nessa dificuldade grande, chamei o Serra em minha casa e disse: “Olha, Serra, acho que você tem que participar do governo. Não vejo sentido, num governo meu, você longe, dado o tipo de relacionamento que nós temos e a enorme capacidade que você tem para enfrentar as dificuldades da economia brasileira”.

Serra perguntou se tinha que responder naquele momento ao convite. Eu disse que não. Como já lhe havia dito, achava que ele devia ir para uma área social, como Educação ou Saúde. Meu raciocínio era o seguinte: Serra tem futuro político, eleitoral, diferentemente dos outros da equipe econômica, e não há de ser através da economia que vai granjear prestígio popular. Eu o obtive porque conseguimos, numa conjuntura muito especial, controlar o governo e a inflação. Não é fácil repetir a façanha. A inflação está sob controle e o governo também. Há no país um nó importante na área social e o Serra era a pessoa que poderia desfazê-lo, tanto na Educação como na Saúde, com grande desempenho, porque tem muita energia. Em outra ocasião, depois da conversa com Tasso, disse-lhe que, mesmo no Ministério do Planejamento, seria imaginável que ele participasse.

Eu estava temeroso de que a equipe não fosse se reanimar para levar adiante o controle da economia brasileira e da inflação. Precisaria ter alguém próximo ao

meu gabinete e certamente o Paulo Renato [Costa Souza], do qual já falarei, que é uma pessoa de grandes virtudes, não teria a mesma facilidade do Serra para enfrentar o Congresso na questão do orçamento. Eu poderia criar outro nicho para o Paulo Renato. Enfim, era o Estado que estava em jogo na questão da formação da equipe econômica.

O único membro da equipe com que faltava conversar era o Gustavo Franco. Convidei-o para almoçar em minha casa de Brasília. Notei que ele era favorável a que Pedro Malan fosse o ministro da Fazenda e tinha expectativa de vir a ser presidente do Banco Central. Tenho uma enorme admiração pelo Gustavo, pois ele foi um dos autores da mudança da economia brasileira. É uma pessoa que, quando opina, opina consideradamente, analisa, depois vai para casa e faz o que tem que ser feito para pôr em prática a linha que traçou; tem grande consistência. Eu não temeria colocá-lo como presidente do Banco. Pensava isso antes das críticas a ele pela valorização do real, mas elas não abalaram a minha convicção de que Gustavo é um dos mais sólidos economistas de sua geração. Ele terá um futuro brilhante e eu gostaria de abrir espaço nesse futuro.*

Chamei também mais tarde o Winston Fritsch, que me disse não ter mais condições de permanecer em Brasília. Teria uma oferta importante de trabalho e, mesmo sem ela, não poderia ficar por uma questão de família. Depois recebeu a oferta. Winston foi outro que colaborou desde o início e que não podia seguir no governo.

Ficamos nessa situação até que houve uma pressão muito forte do Pêrsio, do André, do Bacha e do Clóvis em cima do Pedro Malan, que cedeu para permanecer pelo menos na fase inicial do governo. Ficou com a possibilidade de voltar para Washington no futuro. Não sei se isso se mantém hoje, porque agora a Catarina virá para cá e eu noto o Pedro bem mais entusiasmado com a tarefa.

Deu-se então uma relação de necessidade entre duas pessoas: Pedro e Pêrsio. Pedro só ficaria se Pêrsio aceitasse o Banco Central, mas este tinha outros planos, queria organizar um banco de negócios. Tinha também problemas pessoais. Conversei com ele inúmeras vezes. É um homem doce e que sempre tem o sentimento de que é responsável pelas coisas. Não queria mesmo ficar, até que vencemos sua resistência e ele topou, com a condição de que eu começasse a conversar com Armínio Fraga para que, no futuro, tivéssemos uma solução escalonada que per-

*A composição da equipe econômica responsável pela formulação do Plano Real, formada em 1993 no governo Itamar Franco, era a seguinte: Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda; Pedro Malan, presidente do BC; Pêrsio Arida, presidente do BNDES; Clóvis Carvalho, secretário executivo do ministério; Winston Fritsch, secretário de Política Econômica; Gustavo Franco, secretário adjunto de Política Econômica e, a partir de outubro de 1994, diretor de Assuntos Internacionais do BC; André Lara Resende, negociador-chefe da dívida externa; Edmar Bacha, assessor especial do ministério. Quando da implantação do real, em julho de 1994, o ministro da Fazenda era Rubens Ricupero, sucedido em setembro por Ciro Gomes.

mitisse sua substituição no momento oportuno. Isso desanuviou muito a equipe econômica, e foi a partir daí que passei a poder falar mais livremente com outras pessoas a respeito de outros ministérios.

Tive conversas genéricas com aqueles que poderiam ter influência nacional do PSDB, PFL* e PTB, partidos que nos haviam apoiado. Eu queria começar pelo PSDB, mas o Pimenta da Veiga estava nos Estados Unidos. Foi por isso que falei primeiro com o PFL e com o PTB.

Antes mesmo de conversar formalmente com esses partidos, soube pelo embaixador Júlio [César Gomes dos Santos] que o Antônio Carlos [Magalhães] estava em Brasília, tinha estado com o presidente Itamar Franco, e poderia eventualmente ficar desagradado de não me ter visto. Eu disse ao embaixador: “Conversei com Antônio Carlos por telefone a semana passada e pedi que, se ele pudesse, quando estivesse em Brasília, viesse tomar um café comigo”. Júlio me disse que estaria com o presidente Itamar. Reiterei que me avisasse, porque gostaria de estar com Antônio Carlos. “Diga a ele que estou em casa; se ele quiser, venha tomar um café.”

Veio e tivemos uma excelente conversa, muito ampla, franca e amistosa. Acho que o que ajuda é que tenho uma relação de simpatia antiga pelo Luís Eduardo [Magalhães], a quem devo uma conduta exemplar durante a campanha e mesmo na questão da Vice-Presidência. Foi ele quem retrçou a possibilidade de ser indicado vice-presidente pelo PFL, como era vontade de boa parte do partido e, provavelmente, do Antônio Carlos, o que a mim não causava nenhum constrangimento.** Dentro do PSDB, entretanto, isso poderia provocar marola.

Luís Eduardo foi o primeiro a dizer que me ajudaria em tudo durante a campanha e que abriria mão da Vice-Presidência, coisa que fez. Na ocasião, disse-lhe: “Olha, Luís, você só não vai ser no meu governo o que não quiser”. Eu tinha, portanto, que conversar também com ele, o que fiz antes mesmo de falar com os demais. Foi quando soube que queria se candidatar à presidência da Câmara, pretensão que apoiei imediatamente.

Antônio Carlos veio conversar comigo com esse background: ele sabia da minha admiração pelo Luís Eduardo e sabe também que o nosso relacionamento (meu e do Luís) será fácil, porque não está baseado em interesses menores, mas numa afinidade de temperamento e ainda no fato de que achamos necessário mudar certas práticas brasileiras e certos aspectos fundamentais do próprio Estado, através da reforma constitucional.

Pois bem, quando Antônio Carlos já estava quase por ir embora, numa conversa só entre nós dois eu disse: “Antônio Carlos, você é um homem experiente,

* O Partido da Frente Liberal, fundado em 1985, foi extinto em 2007 para a criação do Democratas (DEM).

** Depois da renúncia de Guilherme Palmeira, o indicado para a candidatura à Vice-Presidência foi o senador Marco Maciel (PFL-PE).

preciso colocar gente do Nordeste, queria algumas sugestões, mas não para um cargo específico”. Ele começou lá por cima. Me disse que no Ceará eu certamente encontraria bons nomes, Tasso e Ciro [Gomes]. Tasso já era governador, portanto Ciro era o possível ministro. Achava mais difícil em Pernambuco, porque o [Gustavo] Krause havia perdido as eleições, mas era outro bom nome.

Nos demais estados eu teria bastante dificuldade de encontrar alguém para compor um ministério realmente de primeiro time. Inclusive na Bahia, onde ele poderia, através de Luís Eduardo, me indicar dois ou três nomes, mais apropriados, porém, para o segundo escalão, com exceção talvez de uma pessoa que Antônio Carlos tinha em alta conta, que havia sido o seu secretário de Transportes e de Energia. Esse, sim, poderia vir a ser ministro, Raimundo Brito. Mesmo isso, ele disse bem de passagem e sem mencionar qual ministério. Não respondi nada de concreto, agradei a franqueza da conversa e nos despedimos muito amigavelmente.

Quando falei com o PFL, informei que estava determinado a colocar o deputado Reinhold Stephanes como ministro da Previdência. Isso era decisão antiga. Antes de todas essas conversas, já havia estado com o então ministro Cutolo [Sérgio Cutolo dos Santos] para saber sua opinião do ponto de vista técnico, porque ele foi continuador do [Antônio] Britto, que foi continuador do Stephanes. Cutolo era muito favorável ao Stephanes, com quem o autorizei a entrar em conversas informais para verificar se efetivamente haveria continuidade na administração, e ele me disse que sim. Portanto, a decisão de colocar o Stephanes foi minha, não teve nenhuma sugestão da parte do PFL, embora obviamente o PFL devesse ficar, como ficou, agradado.

Eu disse ainda que gostaria de colocar o Krause no governo, mas que não poderia garantir que ele seria ministro, teria que ver as condições. Comuniquei isso formalmente ao Jorge Bornhausen e ao Marco Maciel na semana em que comecei essas tratativas. E também que estava pensando em talvez colocar mais alguém do partido, quem sabe da Bahia, mas não adiantei nada mais. Disse que grosso modo eu estaria disposto a oferecer ao PFL, através dessas pessoas, dois ou, eventualmente, três ministérios. Não houve senão reações de apoio.

Perguntei ao Jorge Bornhausen se ele tinha expectativa ou interesse em participar do ministério, com o que eu imediatamente concordaria, porque o Jorge se lançou candidato ao governo de Santa Catarina para abrir um espaço para mim. Ele foi um dos articuladores da aliança PFL-PSDB e teve um comportamento impecável durante a campanha. Temos um velho relacionamento pessoal, desde o tempo da ruptura do PDS, quando se criou o Partido da Frente Liberal para apoiar a candidatura Tancredo Neves e Jorge foi meu colega no Senado. Ele disse que não, que achava necessário valorizar a posição de chefe de partido e que poderia me ajudar na função que estava exercendo. Em seguida conversei com o senador José Eduardo de Andrade Vieira. Repeti os argumentos de que o ministério era meu, mas que evidentemente o enorme empenho que ele teve na minha candidatura e o

fato de que abrisse mão da sua candidatura a presidente da República, e me ajudara muito no Paraná e em toda parte, faziam dele um companheiro que, se quisesse participar do ministério, teria seu lugar, eu estaria aberto a isso, mas achava que o fortalecimento do Conselho Político* era peça fundamental. Nesse momento o José Eduardo me disse que, nesse caso, indicaria alguém. “Mas”, perguntei, “você tem alguém?” “Tenho, é o João Elísio [Ferraz de Campos].” “Ótimo. Esse nome é excelente, então você fica no Conselho Político e no momento oportuno eu falo com o João Elísio.”

Quando o Pimenta chegou dos Estados Unidos, conversei com ele. Pimenta é uma das pessoas que mais de perto souberam do que eu tinha em mente, e eu lhe disse a mesma coisa que ao José Eduardo e ao Bornhausen. Pimenta não queria participar do ministério, preferia ser presidente do PSDB e nessa condição iria me ajudar no Conselho Político. Contei a conversa com os outros, ele ficou muito contente com a força que pretendo dar e que darei ao Conselho Político. Disse-lhe que, se quisesse participar do ministério, evidentemente podia ser ministro. Na minha cabeça, podia ser ministro da Justiça ou, talvez, do Trabalho, não da Casa Civil porque eu queria dar à Casa Civil uma função muito mais administrativa, como havia dito à equipe econômica. Já tinha dito também ao Clóvis Carvalho que ele eventualmente participaria do governo na Casa Civil como um segundo meu, frase que repeti na comunicação que fiz ao país sobre a formação do novo ministério.

José Eduardo saiu feliz e me deu a impressão de que não participaria do ministério. E o Pimenta da Veiga também, posição que manteve até o final. Expliquei-lhe quais eram as participações que eu estava imaginando para o PSDB. Ele sabia que a maior parte dos ministros seria desse partido. Mencionei a questão mineira, com a preocupação de dar um espaço adequado a Minas Gerais. Pimenta também me ajudou muito na questão do PMDB, cujo apoio articulou com Luís Henrique [da Silveira]. Essa articulação resultou numa carta combinada comigo, enviada ao PMDB pelo Pimenta, como presidente do PSDB. Na carta se dizia que haveria possibilidades de participação e o partido respondeu mostrando seus pontos programáticos que, grosso modo, coincidiam com os nossos. Os programas para o Brasil são todos mais ou menos coincidentes. Hoje há uma convergência nacional a respeito de certas reformas que são necessárias.

Já com o Pimenta presente, tive uma conversa com o Luís Henrique, presidente do PMDB, quando manifestei interesse de que o [Nelson] Jobim viesse participar do governo comigo. Jobim não era propriamente representante do PMDB, eu o tinha colocado na minha cota pessoal. Na verdade, eu o queria como advogado-geral da União ou, mais do que isso, como consultor-geral da República, muito próximo a

*O Conselho Político foi composto pelos presidentes dos partidos alinhados ao governo: PP, PFL e PTB, além do próprio PSDB.

mim. Mas ele terá dito ao Eduardo Jorge que preferia participar como ministro da Justiça e que não aceitaria ser advogado-geral da União.

Eu disse que o Ministério da Justiça é hoje muito diferente do que se pensava antes. É um ministério que cuida efetivamente dos índios, das forças militares no Rio de Janeiro, das penitenciárias, que tem a ver com uma série de funções que a Polícia Federal deverá desempenhar e que era muito mais um Ministério da Cidadania e da Segurança Pública do que da Justiça nos termos antigos. Mas parece que o Jobim achava que o caminho melhor era esse. Nas conversas que mantive com alguns ministros do Supremo, no esforço que estou fazendo para mantermos um relacionamento positivo, notei que Jobim gozava de alta estima e consideração por parte deles. Isso desfazia uma velha intriga de que ele estaria inimizado com o Supremo.

Na conversa com o Luís Henrique insisti no nome do Jobim. Eu disse: “Olha, o Jobim quer o Ministério da Justiça, é perfeito, agora temos que ver quais são as outras possibilidades”. Houve duas conversas sobre ministros. Na primeira, Luís Henrique falou de alguns nomes que pediu mais tarde que eu esquecesse. Depois trouxe à minha consideração o nome do Odacir Klein. Eu disse: “Odacir é uma pessoa que acho excelente por sua integridade e por seu papel. Ele simboliza o PMDB e está a ponto de ser eleito líder na Câmara. Acho que como líder teria maiores problemas de convivência com o governo do que como ministro. O líder tem que comprar em bloco as posições do governo, que nem sempre são coincidentes com as posições do Odacir. Não obstante, tenho respeito por ele”. E sugeri que Odacir podia ser ministro dos Transportes. A ideia foi minha. Eu não o queria na Agricultura. Ele tinha uma ligação antiga com as cooperativas, que têm posições de defesa dos seus interesses legítimos, mas a questão da TR* é obsessiva, e, diante da dificuldade econômica, o esmaecimento da TR terá que ser feito ao longo do tempo e não de imediato, o que criaria um embaraço com Odacir.

Disse a Luís Henrique que transmitisse a Odacir que eu tinha empenho na continuidade da Lei dos Portos, que precisa ser efetivada para sua modernização, e que tinha também muito empenho no projeto de concessão de serviços públicos. Disse que o [Alberto] Goldman (a quem elogiei pela ação que teve no Ministério dos Transportes e não teria dúvidas de pôr como ministro, embora sabendo que isso podia criar algum problema no PMDB) havia iniciado as transformações necessárias para a concessão de rodovias, de pontes, de estradas de ferro, e que eu gostaria de saber a opinião do Odacir sobre essa matéria, que tinha que ser enfrentada. Luís Henrique me respondeu que não haveria problema. De fato, mais tarde, quando conversei pessoalmente com Odacir, reafirmei esses pontos sem nenhuma dificuldade.

* Instituída pelo Plano Collor II em 31 de janeiro de 1991 e ainda hoje em vigor, regulada pelo BC, a Taxa Referencial consiste no principal indicador de correção monetária e juros do mercado financeiro. A TR determina, por exemplo, o rendimento das cadernetas de poupança.